



Grandes Opções do Plano
e Orçamento | **2016**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO | 2

1. SERVIÇO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO | 6

2. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO | 10

3. PLANEAMENTO E URBANISMO | 14

4. EDUCAÇÃO E JUVENTUDE | 18

5. CULTURA E PATRIMÓNIO | 22

6. DESPORTO | 26

7. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL | 30

8. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS | 34

9. ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE | 38

CONCLUSÃO | 42

ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL | 46

RESUMO DO ORÇAMENTO | 56

ORÇAMENTO DA RECEITA | 60

ORÇAMENTO DA DESPESA | 72

GRANDES OPÇÕES DO PLANO | 98

PLANO DE VENCIMENTO DOS EMPRÉSTIMOS | 154

ENTIDADES PARTICIPADAS | 158

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 162

ENCERRAMENTO | 172



INTRODUÇÃO

As Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Seixal para o exercício de 2016 são inegavelmente marcadas pelas consequências da política de direita, num quadro assinalado pelo período eleitoral de eleições legislativas, em que o governo procurou mistificar e esconder os elementos mais agressivos da sua política, ou atenuar os seus impactos, não existindo um verdadeiro processo de recuperação e relançamento da economia – que continua num ciclo vicioso de recessão-estagnação, apesar de uma conjuntura externa algo favorável, não se conseguindo vislumbrar a inversão da mais brutal regressão social que atingiu o país desde o regime fascista.



A real evolução da situação económica fica clara: no crescimento anémico do PIB, que se mantém ao nível de 2001; numa dívida pública em que o malabarismo das contas, através dos pagamentos antecipados, contraindo mais dívida para o efeito, não alterou, mantendo-se o seu carácter insustentável, que atinge mais de 130% do PIB e um encargo de 60 mil milhões de euros de juros entre 2014 e 2020; numa produção nacional em retrocesso, devido à desindustrialização, à implosão da construção civil e a novos constrangimentos na agricultura e nas pescas, sendo significativo que a quantidade de pescado desembarcado pela frota nacional em 2014 tenha sido o mais baixo desde que há estatísticas; num investimento que continua em forte quebra; numa balança externa sem alterações sustentáveis, em que qualquer avanço das exportações é anulado pelas importações; num mercado interno que, com oscilações, continua em paralisia, sendo significativo e sintomático da desastrosa política do Governo que a devolução do subsídio de férias por imposição do Tribunal de Contas tenha significado um impulso positivo na economia, demonstrando uma

vez mais o clamoroso e injusto erro do Governo em prosseguir com a política de austeridade. Em Portugal, as restrições estruturais impostas face a uma fixação obsessiva com o cumprimento dos indicadores económicos e financeiros ditados pelo famigerado Tratado Orçamental, ao serviço das grandes potências da Europa, levaram a uma prolongada situação de estagnação e retrocesso económico que dura há década e meia, e se traduz numa significativa contração do PIB, numa dramática situação social em contínua degradação, com o avolumar de altas taxas de desemprego, emigração forçada, precariedade, alargamento e intensificação da pobreza, redução drástica dos rendimentos do trabalho e de vastas camadas da população e dos cortes nos apoios sociais, o que fez regredir as condições de vida e de trabalho dos portugueses.

Uma crise marcada pelo agravamento da dependência e das fragilidades do País, onde a dívida pública, o seu serviço e a dívida externa assumem uma dimensão insustentável, a par de um enorme endividamento das empresas e famílias e, também, pelo aprofundamento da degradação do regime democrático em todas as suas dimensões.

Rumo imposto pela política de restauração monopolista (em que 1% da população detém cerca de 25% da riqueza nacional e, ainda assim, esses grandes grupos económicos viram os seus impostos diminuídos, ao invés do aumento brutal dos impostos sobre os trabalhadores, os reformados e a população em geral) e ao seu inseparável programa de privatizações, destruição dos setores estratégicos e liquidação dos setores produtivos – causas primeiras da crise nacional – que conduziram à crescente financeirização da economia portuguesa e ao agravamento da sua dependência estrutural, por um Estado que se reconfigurou, visando o esvaziamento do seu papel nas tarefas de promoção do desenvolvimento económico e das suas funções sociais.

O desemprego praticamente quadruplicou desde o início do século e, entre 2009 e 2014, o número de postos de trabalho foi reduzido em quase meio milhão. O número de desempregados em sentido amplo passou de 653 mil para mais de 1 milhão e 200 mil, a taxa de desemprego nos jovens atinge os 35%, o número de desempregados de longa duração duplicou e apenas 23% dos trabalhadores desempregados recebem subsídio de desemprego. A precariedade atinge hoje quase 1/3 dos trabalhadores por conta de outrem. Com as medidas dos PEC e do Pacto de Agressão, de violenta redução

salarial e da despesa social, de diminuição ainda mais drástica do investimento, o aprofundamento do País acentuou-se. Neste período, o PIB em termos reais passou de 181 mil milhões de euros em 2008, para 169 mil milhões de euros em 2014, uma quebra de 6,6%, recuando para o nível existente em 2001.

Desde a adesão à União Europeia, a indústria viu o seu peso no PIB reduzido para metade, enquanto o do setor financeiro duplicou. A quebra do investimento total de 28% do PIB, no início do século, para praticamente metade em 2014, testemunha o estado de recessão e estagnação do País. O investimento público, decisivo para manter a produção e o desenvolvimento, caiu de 7,2 mil milhões de euros em 2009 para 3,5 mil milhões de euros em 2014.

Uma dívida insustentável e um serviço da dívida sufocante. Portugal tem hoje uma das maiores dívidas públicas do mundo em percentagem do PIB e uma gigantesca dívida externa bruta que atinge 235% do PIB. A dívida pública em 2014 atingiu 130,2% do PIB, quando era de 68,9% em 2008, apesar dos cerca de 38 mil milhões de euros de receita de privatizações arrecadadas pelo Estado desde 1998.

As autarquias têm sido fortemente afetadas pelas políticas recessivas, principalmente no que se refere ao seu nível de financiamento e à sua capacidade de gestão.

Reflexo da acentuada destruição dos setores produtivos e do recuo verificado na capacidade produtiva do País, é igualmente expressão da especulação e das políticas que, a partir de 2009, conduzem à intervenção do Estado com sucessivas ações de entrega de dinheiro público à banca. Nos últimos cinco anos, 575 mil crianças viram-se privadas do abono de família, ascende a 165 mil o número de pessoas a quem foi retirado o Rendimento Social de Inserção, 20 mil idosos viram cortado o complemento solidário, situação que se agravou nos primeiros meses de 2015. Uma evolução que aprofunda a divergência com o crescimento médio da União Europeia.

Ao nível das autarquias, estas têm sido fortemente afetadas pelas políticas recessivas, principalmente no que se refere ao seu nível de financiamento e à sua capacidade de gestão, encontrando-se numa situação de grande dificuldade.

Efetivamente, foram produzidas alterações expressivas com incidência nas autarquias locais, que são cerceadoras e violadoras da autonomia local e que se revelaram suscetíveis de colocar em causa o serviço que é prestado às populações.

Nascido da Revolução e da vontade de democratização da vida local e do aparelho do Estado, o Poder Local Democrático e a atividade que nele foi sendo desenvolvida representaram uma das grandes conquistas de Abril e um fator de grande relevo na luta pela instauração, defesa e consolidação das liberdades e da democracia, estando na primeira linha do combate ao atraso do País e que levou o desenvolvimento a todo o território, tendo aproximado o poder das populações, bem como descentralizado e democratizado o investimento público. Tem sido, assim, um instrumento fundamental para o desenvolvimento e para a elevação das condições de vida das populações, para a qualificação do território e para a promoção da coesão social, económica e cultural.

As autarquias locais são também um instrumento fundamental para se servir de forma mais rápida e próxima os cidadãos, uma vez que lidam mais de perto com as populações, conhecem os seus problemas no terreno e numa lógica de proximidade dão as respostas mais rápidas e eficazes. Têm, também, ao longo dos anos, suprido muitas das insuficiências e deficiências da Administração Central, ultrapassando, muitas vezes, as suas competências próprias. Grande parte das políticas sociais, nas áreas da educação, proteção à infância, apoio aos idosos e aos deficientes e habitação social têm tido forte participação dos municípios.

Contudo, no âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, a partir de 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses, e que limitaram a capacidade de atuação e ação do Poder Local Democrático. A pretexto do ajustamento das receitas autárquicas à realidade atual, da prevenção de situações de instabilidade financeira e das premissas do Programa de Assistência Económica e Financeira, foram sendo produzidas alterações que resultaram numa penalização, desvalorização e desrespeito pelo Poder Local Democrático.

Apesar da crescente transferência de competências e atribuições, as receitas das autarquias locais têm sido diminuídas drasticamente nos últimos anos. De acordo com as conclusões de um estudo realizado pela Universidade do Mi-

nho sobre a evolução das finanças locais, divulgado em junho deste ano, a receita global dos municípios era, em 2009, de 8,9 mil milhões de euros, sendo que, em 2014, esse valor se cifrou em 7,3 mil milhões, menos 28%, valor este semelhante ao que se registava em 2002. Mostra ainda que a brutal quebra de receitas municipais se registou quer nas transferências do Orçamento do Estado (de 2011 a 2014), quer nas cobranças de impostos que são receitas municipais (de 2008 a 2012). Identifica-se ainda que, como resultado destas medidas, a despesa global foi cortada em 20%, sendo dramático verificar que, entre 2001 e 2014, as despesas de investimento passaram de 3,5 mil milhões de euros para apenas 900 milhões, uma redução de cerca de 280%.



Os sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais levaram à retirada de dezenas de milhões de euros do orçamento da autarquia. Ainda assim, os municípios portugueses estão, nos últimos anos, entre as entidades públicas que proporcionalmente mais têm contribuído para o esforço de consolidação orçamental do País, traduzido em dois factos relevantes: a existência de *superavit* municipal, em contraste com o *deficit* contínuo da Administração Central e a redução substancial da dívida total dos municípios, em contraponto com o agravamento continuado da dívida total do Estado.

A este propósito, de destacar os números do Município do Seixal:

- Redução global da dívida em 15 milhões de euros desde 2012 até final de 2014.
- Saldo positivo de tesouraria no final de 2014 no valor de 3,4 milhões de euros, reflexo da estabilidade financeira da câmara municipal, canalizado para investimentos prioritários que são uma enorme mais-valia para a população, em áreas como a educação, cultura, desporto,

espaços públicos e equipamentos.

- Renegociação de empréstimos bancários, em 2015, que vai permitir uma poupança de 7 milhões de euros, durante os próximos 12 anos, a par de uma redução da dívida expectável de 7 milhões de euros até ao final de 2015, não incluindo o Fundo de Apoio Municipal, que foi imposto pelo Governo PSD-CDS, e que aumentou a dívida da Câmara Municipal do Seixal em 3,6 milhões de euros.

Os obstáculos à gestão dos municípios e ao comprometimento da sua capacidade financeira são de variada ordem, originando constrangimentos às autarquias na sua missão diária de promoção e salvaguarda dos interesses da população que servem.

Integrado num processo de limitação clara da autonomia constitucionalmente consagrada do Poder Local Democrático, as autarquias locais foram confrontadas, particularmente de 2010 a esta parte, com sucessivas exigências legais de redução do número dos seus trabalhadores, às quais se somaram restrições efetivas à contratação de novos recursos humanos.

Como consequência, o Poder Local Democrático perdeu em quatro anos mais de 17.000 trabalhadores. O Município do Seixal perdeu mais de 200 trabalhadores, o que equivale a perto de 12,5% do total de recursos humanos existentes em 2010. Só em 2014, saíram mais 42 trabalhadores, saídas essas verificadas principalmente na área operacional, o que se traduz em dificuldades acrescidas para a realização da nossa missão junto da população. Perdeu-se experiência, capacidade de resposta e qualidade no serviço público prestado.

Confrontam-se hoje as estruturas autárquicas com as consequências do não rejuvenescimento: a não transmissão de conhecimentos e experiências a novas gerações de funcionários públicos, o aumento de doenças e patologias profissionais associadas ao aumento da idade média dos trabalhadores, uma menor motivação, uma limitação relevante a novas experiências, novas visões e novas dinâmicas.

Entendemos que é fundamental reconstruir a capacidade de resposta do Poder Local Democrático às suas competências e às necessidades das populações e pugnamos por uma inversão da estratégia político-legislativa de degradação do serviço público.

No exercício do Poder Local, em vez de hipotecar o futuro, construímo-lo de forma sustentada, com trabalho, honestidade e competência.

Sublinhamos que, em 2015, iniciámos a requalificação da sede social da Casa do Educador, iniciámos o procedimento para a construção da Escola Básica de Santa Marta do Pinhal, avançámos com a preparação de obra de requalificação do Passeio Ribeirinho do Seixal, pavimentámos as vias municipais, qualificámos a circulação e segurança automóvel e pedonal por todo o concelho e promovemos a mobilidade ciclável, concretizámos diversos projetos de reconversão urbanística, desenvolvemos as áreas de reabilitação urbana, remodelámos as redes de água e saneamento, aumentámos a resposta na área dos resíduos urbanos, requalificámos espaços públicos, dos quais são exemplo as intervenções em Corroios, Pinhal de Frades e Santa Marta do Pinhal, refuncionalizámos o património histórico-cultural, investimos na náutica de recreio enquanto fileira económica e turística de grande significado para o concelho, abrimos o novo Posto Municipal de Turismo, promovemos a criação de alojamentos turísti-



cos, apoiámos a qualificação da oferta da restauração e do comércio tradicional, apoiámos a construção de diversas respostas sociais, o movimento associativo e as forças humanitárias, enfim, todo um vasto conjunto de medidas e intervenções orientadas para um melhor serviço à população e para a defesa intransigente dos seus interesses.

Ao nível financeiro, temos trilhado um caminho de adequação da nossa estrutura de custos às receitas disponíveis, equilibrando as contas da autarquia. Temos terminado os exercícios anuais com resultados líquidos positivos e com diminuição da dívida, fruto de medidas como a redução dos custos fixos, o aumento da gestão de serviços por administração direta, a renegociação de contratos e a celebração de acordos de pagamento, tudo para libertar capacidade de intervenção e investimento.

As grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Seixal para o exercício de 2016, fiéis à longa tradição de desenvolvimento do território e da elevação contínua da qualidade de vida da população, procuram, por um lado, consolidar as intervenções que propiciaram excelentes resultados em variados níveis, como no saneamento básico, na higiene urbana e na rede viária municipal, fruto do planeamento articulado com as juntas de freguesia e do reforço da resposta camarária, como também investir fortemente na promoção do território, numa estratégia assente no desenvolvimento económico sustentável, na reestruturação do espaço urbano, na proteção e valorização ambiental e na participação coletiva. Estas opções traduzem-se num plano de ação ambicioso, e audaz, alicerçado na capacidade dos trabalhadores da autarquia.



1. SERVIÇO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO

Consideramos que serviço público de qualidade e participação da população são pilares inseparáveis da democracia e de um Estado que se pretende soberano e justo.

Assim, continuaremos com o reforço e qualificação do serviço público municipal, apostando na proximidade com o munícipe e investindo na rede de equipamentos e serviços já existentes, dotados de condições de acessibilidade e de eficácia, bem como na valorização das condições de trabalho e na formação dos trabalhadores municipais.



A descentralização administrativa, com um contínuo diálogo com as juntas de freguesia no sentido do aprofundamento e avaliação da delegação de competências (legal e contratual), continuará a ser uma realidade e fator decisivo para um serviço público qualificado, próximo e eficaz.

A Câmara Municipal do Seixal irá continuar a aprofundar a vertente da participação ativa das entidades e municípios do concelho do Seixal, realidade espelhada na realização de reuniões de câmara e de assembleia municipal descentralizadas pelas freguesias, para além das centenas de atendimentos/reuniões realizadas e de todas as formas de contacto com a autarquia.

Destaque ainda para o Fórum Seixal que em 2015 consolidou o seu novo modelo e onde se debateram temáticas diversas, desde as obras de proximidade, discutidas e avaliadas com os moradores, passando por temas estruturais para o concelho como a Municipalização da Educação, a Carta Social Municipal do Seixal, o Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo, a Privatização dos Resíduos, Água e Saneamento

com Gestão Pública, a Reconversão Urbanística ou Mobilidade e Transportes no Município.

Linhas de Orientação para 2016

1.1.

Promover a contínua melhoria das condições de trabalho e da qualificação dos trabalhadores da câmara municipal, bem como pugnar pela garantia dos seus direitos, defendendo intransigentemente os Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública assinados com as estruturas representativas dos trabalhadores e que estabelecem as 35 horas semanais de trabalho.

1.2.

Aprofundar e desenvolver o modelo de descentralização de competências com as juntas de freguesia, delegando competências e garantindo recursos para este trabalho em parceria.

1.3.

Continuar a dinamizar a participação das populações na definição e concretização das políticas municipais, quer através das sessões do Fórum Seixal, quer nos diversos espaços de debate, como os conselhos municipais e outros fóruns de participação.

1.4.

Aprofundar o funcionamento dos vários conselhos municipais já existentes, órgãos consultivos de elevada importância, e criar novos em áreas estruturantes da intervenção do município.

1.5.

Consolidar e desenvolver as parcerias com as Corporações de Bombeiros do concelho e com o Núcleo da Cruz Vermelha do Seixal, bem como com as entidades associativas concelhias.

1.6.

Estabelecer ou reforçar parcerias com outros municípios da região, para a utilização comum de infraestruturas, rentabilizando os investimentos realizados.

1.7.

Reforçar a segurança das populações, através de novos concursos para instalação de guardas-noturnos em várias áreas do concelho, apoiando as forças policiais na sua missão de segurança e vigilância de pessoas e bens.

1.8.

Prosseguir a estratégia de requalificação dos mercados municipais, com o início da requalificação do Mercado Municipal da Cruz de Pau.

1.9.

Qualificar a infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal do Seixal, implementando soluções de *software* livre, combatendo os monopólios informáticos.

1.10.

Concluir os estudos e projetos do novo Centro de Recolha de Animais de Companhia.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- A restauração das freguesias de Aldeia de Paio Pires, Arrentela e Seixal e o reforço de meios para todas as juntas de freguesia.
- A publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública assinados entre o Município e as organizações sindicais que preveem a fixação do limite máximo das 35 horas semanais e 7 horas diárias de duração do trabalho.
- A construção das instalações da Divisão Policial do Concelho do Seixal, em terreno já cedido pela câmara municipal, em Arrentela, remodelação das esquadras do Seixal e Cruz de Pau, construção do quartel da GNR em Fernão Ferro, remodelação das instalações da GNR em Aldeia de Paio Pires e construção do Posto de Polícia Marítima no concelho.
- A construção do quartel dos Bombeiros Mistos de Amora e das instalações do Destacamento dos Bombeiros Mistos do Concelho do Seixal, em Fernão Ferro e Corroios.
- A reposição do anterior mapa judiciário em substituição do aprovado pelo Governo que, com o pretexto da rentabilização de recursos e da eficácia, retirou serviços, esvaziou o Tribunal do Seixal e afastou as populações do acesso à justiça, direito constitucionalmente consagrado.
- A instalação de uma Loja do Cidadão no concelho do Seixal, de acordo com protocolo assinado com o Governo, e não cumprido.
- A reabertura da estação dos Correios de Amora, encerrada por orientação do Governo, desrespeitando os direitos das populações.



2. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

Ao contrário do que é referido pela ideologia dominante e interessada em convencer os portugueses de que o único caminho é a austeridade, a verdade é que Portugal só poderá emergir da difícil situação em que se encontra com uma aposta nacional no desenvolvimento económico e na criação de emprego, caminho em sentido contrário à atual política.



Naturalmente que este é um dos focos de maior preocupação do município, preocupação essa materializada na realização de projetos e iniciativas que promovam a valorização do tecido económico instalado, a captação de mais investimento e a proteção e o aumento dos postos de trabalho. Nesse sentido, destacamos o funcionamento da Incubadora de Empresas Baía do Seixal, a instalação do novo Cais de Acostagem na Ponta dos Corvos, a abertura do novo Posto Municipal de Turismo, o arrendamento de um edifício da Câmara Municipal do Seixal para a sua adequação a alojamento turístico e a procura constante de parceiros capazes de potenciar a ação da câmara municipal.

Reafirmamos que o Município do Seixal, pela sua história, localização geoestratégica e recursos territoriais possui enorme potencial para desempenhar na região um papel relevante para o desenvolvimento da península da Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa, dando continuidade, em 2016, às suas linhas de orientação em matéria de combate ao desemprego, de apoio às empresas e à captação de novos investimentos e parcerias.

> Linhas de Orientação para 2016

2.1.

Prosseguir os esforços para a concretização do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, desenvolvido

pelas autarquias do Seixal, Almada e Barreiro, o qual permitirá fixar nas áreas disponíveis da Siderurgia Nacional várias unidades industriais, proporcionando o aumento da dinamização económica a criação de emprego no concelho e na região.

2.2.

Aprofundar a dinamização económica dos recursos hídricos, em particular a instalação de atividades portuárias e logísticas, consubstanciada no reordenamento da plataforma multimodal do Porto de Lisboa, em que o Município do Seixal é parceiro ativo, em conjunto com o Município do Barreiro e a Baía do Tejo SA, que além da promoção do emprego, promoverá igualmente a reposição e melhoria das condições de acessibilidade fluvial e a instalação de novas empresas e serviços.

2.3.

Valorizar e qualificar os Parques de Atividades Económicas do concelho, consolidando uma rede de áreas económicas inovadoras e devidamente integradas nos sistemas de mobilidade, tecido urbano e qualidade ambiental, criando maior competitividade territorial e progresso.

2.4.

Desenvolver ações de captação de investimento qualificado para os mais 362 hectares de áreas destinadas a atividades económicas, aprovados na revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal 2015-2025, contribuindo para o desenvolvimento económico e a criação de emprego no Município do Seixal.

2.5.

Continuar a dinamizar a Incubadora de Empresas Baía do Seixal, apoiando a criação de micro e pequenas empresas que apresentem projetos criativos, contribuindo para o desenvolvimento económico, assentando o seu foco estratégico na captação de talento e promoção do espírito de iniciativa, desenvolvendo esforços no sentido da instalação do FabLab – Laboratório de experimentação e prototipagem no âmbito da economia aberta à sociedade, candidatura em fase final para aprovação, envolvendo consórcio com Madan Parque e parceiros espanhóis e franceses para a criação de uma rede de *fablabs*.

2.6.

Dinamizar e qualificar a Estação Náutica Baía do Seixal, com a construção do Núcleo de Náutica de Recreio de Amora, a qualificação do acesso fluvial ao Polo Náutico-Turístico da Ponta dos Corvos, a promoção da captação de investimento para a instalação de Porto de Recreio e infraestruturas náuticas e o estudo de imple-

mentação de um Posto de Controlo e Transferência de Pescado do Seixal, em parceria com a Docapesca, e os pescadores do concelho.

2.7.

Continuar a promover a Baía do Seixal e respetivas frentes ribeirinhas, com recurso aos equipamentos e serviços do Núcleo de Náutica de Recreio do Seixal, enquanto destino para embarcações de pavilhão internacional, nautas residentes em outras marinas e portos de recreio e operadores marítimo-turísticos, fomentando igualmente dinâmicas com agentes económicos do setor do turismo para a criação de programas que promovam os recursos patrimoniais, naturais e culturais do município.

2.8.

Desenvolver e qualificar o Seixal, como destino turístico de qualidade e diferenciador, nomeadamente através da estruturação e dinamização dos produtos turísticos Rota do Trabalho e da Indústria, Rota da Ecologia e Faina no Tejo, Rota do Bacalhau e Turismo Náutico, fomentando, entre outras, ações promocionais, assim como a criação de sinergias para a captação de turistas.

2.9.

Consubstanciar as oportunidades inerentes ao Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa, em estreita parceria com a Entidade Regional de Turismo, nomeadamente o desenvolvimento e incorporação dos produtos turísticos do Seixal na centralidade Arco do Tejo.

2.10.

Apoiar e estimular a instalação de empreendimentos turísticos no município como uma das estratégias municipais de dinamização e valorização dos núcleos urbanos antigos de Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela e Seixal, integrados em ARU – Áreas de Reabilitação Urbana, nomeadamente com o desenvolvimento do projeto Seixal Vila Hotel, fomentando a instalação de alojamento local, assim como unidades hoteleiras, de restauração e serviços turísticos.

2.11.

Potenciar a articulação dos projetos e programas desenvolvidos com a comunidade local, envolvendo parceiros públicos e privados, assim como os cidadãos, na tomada de decisão, no acompanhamento e na condução das ações estratégicas, assim como fomentar a criação e o aprofundamento de redes de trabalho e partilha ao nível regional, nacional e internacional.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- A promoção de políticas de desenvolvimento do país que aumentem a produção nacional, originando riqueza e mais emprego, garantindo uma menor dependência do exterior e maior soberania.
- A valorização do trabalho e dos salários, com a diminuição da precariedade, bem como a reposição dos salários, complementos e direitos retirados.
- A concretização de um programa de fomento económico para a península de Setúbal, que permita um crescimento sustentado, onde o concelho do Seixal assumirá um papel relevante, com base nas suas condições e capacidades.
- A captação de investimentos para o Projeto do Arco Ribeirinho Sul que garantam a revitalização da área industrial da Siderurgia Nacional, a criação de riqueza e de emprego qualificado.
- O estabelecimento de um sistema de apoio e incentivo aos micro, pequenos e médios empresários, de modo a poderem continuar a sua atividade, garantindo a criação de novos de postos de trabalho.
- A efetiva concretização do Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa, com a participação ativa dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e em especial do Município do Seixal pela sua história, localização geoestratégica e recursos territoriais.
- A criação de uma Pousada de Juventude no concelho do Seixal, correspondendo à necessidade de um espaço com estas características, de modo a servir os milhares de jovens que anualmente se deslocam ao concelho, dado o enorme potencial das iniciativas culturais, desportivas e outras de âmbito nacional que são realizadas.



3. PLANEAMENTO E URBANISMO

Com a publicação do novo Plano Diretor Municipal 2015-2025, aprofundámos o planeamento urbanístico e ordenamento do território de forma equilibrada, com destaque para o desenvolvimento económico e a criação de emprego, assim como para a conclusão dos processos de reconversão urbanística.

A participação da população e das organizações sociais e económicas na discussão, implementação e acompanhamento dos diferentes planos será relevante para garantir as melhores soluções de planeamento, em particular na requalificação urbana. As Áreas de Reabilitação Urbana serão prioritárias no acompanhamento dos processos já em desenvolvimento nos núcleos urbanos antigos, assim como para o fomento de novos processos.



> Linhas de Orientação para 2016

3.1.

Coordenar a proposta de Plano de Desenvolvimento Integrado do Concelho do Seixal, com a identificação dos pontos críticos existentes no concelho e a concretização de medidas políticas que resultem numa melhor qualidade de vida, maior progresso e desenvolvimento económico e social para o concelho do Seixal.

3.2.

Implementar o novo Plano Diretor Municipal 2015-2025, reforçando eixos de desenvolvimento económico e criação de emprego, apostando na qualidade e programação dos espaços urbanos, propondo o desenvolvimento de unidades operativas de planeamento e gestão que estabeleçam visões integradas do território, programando espaços verdes de utilização coletiva e espaços de equipamento, garantindo a qualidade de vida.

3.3.

Desenvolver as ações previstas no Plano de Estrutura da Área da Siderurgia Nacional no âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, fomentando novos usos económicos, assim como promovendo a requalificação ambiental de todo o território.

3.4.

Concretizar o Estudo da Requalificação da Zona Ribeirinha de Amora, preservando e requalificando o núcleo antigo de Amora e a criação de novas áreas de lazer e equipamentos coletivos. Materializar o Plano de Pormenor Baía Sul, que visa requalificar o núcleo urbano antigo do Seixal e a zona envolvente da Baía, assim como a criação de espaço público de qualidade com valor paisagístico e recreativo, através da requalificação do Passeio Ribeirinho do Seixal, potenciando o desenvolvimento de atividades económicas e sociais. Implementar os objetivos estratégicos do Plano de Pormenor Arrentela/ Torre da Marinha/Fogueteiro, requalificando a rede viária e os espaços urbanos e apostando na estrutura ecológica, promovendo a recuperação ambiental desta zona. Concretizar o Estudo de Requalificação da Área da Vila de Corroios, apostando na qualificação da zona ribeirinha e na criação de novos equipamentos nesta área.

3.5.

Aprovar o Plano Municipal do Ruído, permitindo a identificação das medidas a adotar, tendo em conta as zonas sensíveis e mistas identificadas, com ocupação existente e prevista, expostas a ruído ambiente exterior.

3.6.

Promover e incentivar a reabilitação dos núcleos urbanos antigos, através do desenvolvimento das Operações de Reabilitação Urbana para as áreas já delimitadas do Seixal, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Amora.

3.7.

Garantir a continuação do apoio às associações de moradores e comissões de administração, na reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), através do novo impulso que o PDM vem conceder a estas áreas, com destaque para a implementação de medidas para um acompanhamento mais próximo e direto destes processos.

3.8.

Realizar obras de requalificação dos espaços públicos e equipamentos, com destaque para a requalificação do Passeio Ribeirinho do Seixal e das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento; o início da requalificação do Mercado da Cruz de Pau, em Amora; a requa-

lificação da Praça Central da Torre da Marinha; a ampliação do Mercado Municipal de Fernão Ferro, passando a incluir a junta de freguesia e a Loja do Munícipe, e a execução das obras de infraestruturas das Urbanizações da Quinta de Sta. Rita, na Torre da Marinha, e da Quinta de S. João, em Arrentela, garantindo a qualidade destes espaços não rececionados pela autarquia.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- O apoio à reconversão urbanística, através de um quadro próprio de financiamento de obras de infraestruturas de regeneração de AUGI.
- O levantamento da servidão militar do depósito de munições da NATO, que impossibilita a reconversão do Pinhal da Palmeira, em Fernão Ferro, e outras AUGI.
- A transferência da gestão das margens ribeirinhas para o domínio público municipal, permitindo o desenvolvimento de novos usos económicos, de lazer e bem-estar.



4. EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

A prossecução do projeto do Poder Local Democrático no concelho, no desenvolvimento dos valores de Abril, tem particular expressão na defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos, que seja democrática, inclusiva e intercultural, promovendo a integração e igualdade de oportunidades no acesso à educação, na sua frequência e sucesso educativo dos alunos, bem como a participação ativa de toda a comunidade educativa. Em 2015, procedeu-se à abertura de duas novas salas de jardim de infância na rede pública de ensino no pré-escolar, investimento que continuará a ser prioritário em 2016, tendo também sido desenvolvido o procedimento com vista ao início da construção da EB1/JI de Santa Marta do Pinhal.



Na área da Juventude, continuarão a destacar-se um vasto conjunto de projetos que visam a dinamização e promoção do movimento associativo juvenil, bem como a dinamização dos equipamentos municipais de juventude e o apoio a iniciativas e ações dos jovens do concelho e das suas organizações formais e não formais, procurando assim incentivar a participação dos jovens e a sua capacidade de intervenção social, sendo de destacar as novas instalações do Centro de Apoio ao Movimento Associativo Juvenil, no edifício histórico da antiga Escola Primária Conde Ferreira, no Seixal.

> Linhas de Orientação para 2016

4.1.

Assegurar os programas regulares de apoio ao funcionamento das atividades das escolas básicas do 1.º ciclo e pré-escolar e promover o apoio aos seus projetos no âmbito do Plano Educativo Municipal (PEM) 2015-2016, bem como realizar a Feira de Projetos Educativos.

4.2.

Promover a gestão, apetrechamento, manutenção e conservação dos equipamentos educativos dos estabelecimentos da rede pública do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, bem como preparar e desenvolver os vários procedimentos relativos ao fornecimento de refeições nos refeitórios escolares, mobiliário e material didático das escolas do 1.º ciclo de ensino básico e jardins de infância da rede pública.

4.3.

Promover o programa de requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar e alargamento da rede de educação pré-escolar, nomeadamente o início da construção da EB1/JI de Santa Marta do Pinhal.

4.4.

Assegurar a gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar nas salas de jardim de infância, bem como no prolongamento de horário em jardins de infância da rede pública do concelho do Seixal.

4.5.

Assegurar o programa de Ação Social Escolar referente aos alunos que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de ensino do pré-escolar da rede pública do Município do Seixal.

4.6.

Assegurar o Plano Anual de Visitas de Estudo, garantindo o transporte gratuito para as visitas de estudo dos alunos do ensino público do município do Seixal ao longo de todo o ano letivo, assegurando também a organização do programa de transportes escolares, através da atribuição dos títulos de transporte aos alunos residentes no município, permitindo a sua deslocação para os respetivos estabelecimentos de ensino.

4.7.

Dinamizar a integração social dos jovens, apoiando a sua participação em atividades sociais, culturais, científicas, de formação e animação em áreas de interesse da população jovem, promovendo programas e ações e dinamizando a cooperação com organizações juvenis e estruturas representativas do movimento juvenil e juventude, com destaque para o Março Jovem, o Seixalmoda 2016 e o Drive In Arte.

4.8.

Assegurar a gestão e dinamizar os espaços municipais de Juventude em parceria com as associações juvenis do município, disponibili-

zando aos jovens uma oferta de equipamentos capacitados com valências específicas dirigidas às suas necessidades.

4.9.

Assegurar o apoio ao movimento associativo juvenil e de pais e encarregados de educação, criando condições para a realização das suas atividades e projetos.

4.10.

Elaborar e desenvolver o Plano Educativo Municipal, assegurando a gestão racional de recursos e criando as condições à concretização dos projetos educativos municipais e de escola, promovendo uma cultura de parceria, potenciando capacidades na execução de projetos e ações, rentabilizando meios, contribuindo assim para a qualificação da escola pública e para o desenvolvimento da cultura integral dos jovens e crianças, desenvolvendo os processos de monitorização e de revisão da Carta Educativa do Concelho do Seixal em colaboração com demais serviços municipais e o Ministério da Educação e Ciência.

4.11.

Desenvolver o processo de requalificação da Casa do Educador do Concelho do Seixal, concluindo a intervenção neste equipamento emblemático da educação em Amora.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- A requalificação urgente da Escola Básica Paulo da Gama, em Amora, e a conclusão das obras de requalificação da Escola Secundária João de Barros, em Corroios.
- A construção de novas escolas ao nível do parque escolar do 2.º e 3.º ciclo de ensino, nomeadamente a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Fernão Ferro e a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santa Marta do Pinhal, em Corroios.
- A requalificação do pavilhão da Escola Básica Nuno Álvares e a construção dos pavilhões desportivos escolares em falta de forma a lecionar a disciplina de educação física, nomeadamente nas escolas:
 - > Básica de Corroios;
 - > Básica de Vale de Milhaços;
 - > Básica da Cruz de Pau;
 - > Básica Carlos Ribeiro;
 - > Secundária João de Barros.
- A isenção dos 23% de IVA aplicados ao Município no que se refere às refeições escolares.

- Desenvolvimento de um programa de Ação Social Escolar mais justo.

- A participação do Ministério da Educação e Ciência na avaliação das Cartas Educativas que carecem de revisão (de acordo com o art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), bem como na clarificação de princípios orientadores para a sua revisão e na definição de planos e valores de financiamento.

- O cumprimento dos critérios de alargamento da Rede de Bibliotecas Escolares, sendo este um espaço de evidente importância para o desenvolvimento da literacia e para a formação de leitores críticos, bem como no suporte às aprendizagens e no apoio ao currículo.

- A criação de condições de promoção de habitações a custos controlados para jovens.

- A reposição dos passes 4_18 e sub_23 que conferiam 50% de desconto no preço do passe social intermodal de todos os jovens.

- Continuar a diligenciar o reconhecimento do associativismo juvenil não formal, tendo em conta que a participação juvenil no país e no concelho assume diversificadas formas que se revestem de diferentes modos de associação.

- A revogação do Decreto-Lei 30/2015, que estabelece o regime de municipalização da educação.



5. CULTURA E PATRIMÓNIO

A Cultura deverá constituir um direito acessível a todos os cidadãos e ser um fator determinante de emancipação que visa a consolidação da nossa democracia. Deverá envolver todas as organizações associativas de cariz cultural, na promoção de uma oferta diversificada e de qualidade que abranja todos os municípios e contribua para o seu progresso e formação.

O Município do Seixal nomeia a cultura e o património como vetores prioritários da sua ação, através da promoção cultural e da valorização do património que são componentes essenciais para o desenvolvimento do nosso concelho. Continuamos a apostar numa política cultural diversificada, que respeita a pluralidade das opções estéticas, divulga o património cultural local, erudito e popular, tradicional e atual, salvaguardando assim a identidade e as tradições da população do concelho do Seixal.



> Linhas de Orientação para 2016

5.1.

Promover a conceção do Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural, incentivando a difusão e criação cultural nas suas variadas manifestações, através de programas e iniciativas que contribuam para a preservação e promoção de práticas culturais e expressões da cultura popular regional e nacional.

5.2.

Promoção e gestão da programação dos auditórios municipais, da rede de galerias municipais, da Oficina de Artes Manuel Cargaleiro, da Quinta da Fidalga, das bibliotecas municipais e dos núcleos e extensões do Ecomuseu Municipal, assim como das embarcações tradicionais, garantindo a qualidade do serviço prestado na resposta às necessidades da população.

5.3.

Promover a identidade cultural e institucional do Seixal, através da afirmação do município no domínio da cultura, das literacias e do património. Exemplos desta identidade são o desenvolvimento de projetos como o Festival Internacional SeixalJazz, o Festival de Teatro do Seixal, as Festas Populares do Concelho do Seixal, as Noites de Fado do Cinema S. Vicente, as atividades desenvolvidas no âmbito do serviço educativo, as ações de divulgação e de promoção cultural diversificada por parte da Biblioteca Municipal e dos polos, apoiando tecnicamente as bibliotecas escolares da rede escolar pública através do SABE, e ainda o projeto Maio Património, do Ecomuseu Municipal do Seixal, que constituem verdadeiros exemplos de projetos diferenciadores na Área Metropolitana de Lisboa.

5.4.

Apoiar e incentivar o movimento associativo cultural com vista à concretização dos seus projetos e programas culturais, de lazer e ocupação de tempos livres, no quadro das Normas e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo.

5.5.

Promover a preservação e a valorização do património histórico no município, realizando estudos e avaliações de impacto patrimonial, arqueológico e cultural, com destaque para a conservação do património dos vários núcleos e em particular para o Núcleo Museológico da Olaria Romana na Quinta do Rouxinol e o Núcleo da Mundet.

5.6.

Promover e dinamizar a Oficina de Artes Manuel Cargaleiro, através de exposições e iniciativas culturais, assim como a promoção da obra do Centro Internacional de Medalha Contemporânea, valorizando, desta forma, a Quinta da Fidalga como polo cultural de referência.

5.7.

Desenvolver o Centro Cultural de Amora, enquanto espaço integrado de promoção cultural e prestação de serviço público.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- Reivindicar o estabelecimento de um quadro de apoios direcionado para o movimento associativo popular, face ao seu papel essencial na dinamização cultural e associativa do país.
- Diligenciar um quadro específico de redução do IVA para a aquisição de instrumentos musicais de forma a valorizar o esforço das coletividades na promoção das bandas filarmónicas.

- Pugnar pela recuperação do património existente na área da Siderurgia Nacional, nomeadamente do alto-forno, recentemente classificado como património nacional, com a sua musealização, no âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul.
- Reivindicar um quadro financeiro de apoios para a recuperação patrimonial, preservando importantes equipamentos da história do município e potenciando o seu conhecimento junto das populações.
- Requerer um quadro financeiro de apoio para a atualização de equipamentos dos auditórios culturais, de forma a assegurar uma política de cultura que salvaguarde o património e o interesse cultural das populações e que permite assegurar uma programação regular na rede de equipamentos culturais existentes.



6. DESPORTO

O Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo do Concelho do Seixal (PMDDCS) tem desempenhado uma função integradora, coordenadora e orientadora da ação na área desportiva, estruturando a operacionalização de um processo estratégico de ação que, sendo sistematicamente monitorizado e avaliado, procura dar coerência, eficácia e a adequação das estratégias setoriais utilizadas às características da realidade e às necessidades das populações.

A promoção e democratização da prática desportiva tem sido um objetivo primordial do Poder Local no concelho do Seixal, materializado na forte experiência assumida no trabalho desenvolvido pelas estruturas de participação popular onde se afirma, na sua expressão máxima, de debate crítico, o movimento associativo desportivo popular.



Através da manutenção das parcerias de apoio através de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, e estas ampliadas pelo trabalho técnico de promoção da rentabilização da rede de equipamentos desportivos de primeira linha e dos espaços naturais disponíveis, asseguram-se condições de adesão massiva da população às atividades desportivas nas coletividades, nos equipamentos municipais e outros.

> Linhas de Orientação para 2016

6.1.

Concretizar os vários projetos desportivos do Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo, onde se destacam a Seixaliada, os Jogos do Seixal, o Agita Seixal, os Jogos do Futuro da Região de Setúbal, procurando sempre a participação e envolvimento de todos os intervenientes diretos e indiretos.

6.2.

Continuar a dinamizar projetos desportivos de resposta às crianças e jovens que frequentam as escolas do concelho, como são exemplo o Projeto de Apoio à Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico e seus subprojetos, nomeadamente o acompanhamento e apoio aos professores para cumprimento do programa oficial de Expressão Físico-Motora nas suas várias áreas, incluindo o ensino da natação, que se pretende continuar a desenvolver de modo inteiramente gratuito, e que denominamos Patinhos na Água para os alunos dos jardins de infância do ensino público, Primeiras Braçadas, para os alunos do 1.º ciclo ensino público, e ainda continuar a dinamizar o projeto Primeiras Corridas. Nesta área incluímos os projetos de Férias Desportivas e Seixaliada Escolar.

6.3.

Realizar atividades direcionadas para os mais idosos, continuando a desenvolver o projeto de Desporto Sénior – Programa Continuar e o projeto Movimento e Saúde, de modo a melhorar a qualidade de vida de todos.

6.4.

Apoiar as pessoas portadoras de deficiência, através da sua integração nas atividades de boccia, natação adaptada, goalball, dança em cadeira de rodas, atletismo e ténis de mesa adaptados, procurando alargar o leque de oferta de modalidades, no âmbito do Projeto de Desporto para a População com Deficiência, estabelecendo parcerias com várias instituições.

6.5.

Realizar e apoiar grandes iniciativas desportivas, como o Corta-Mato Cidade de Amora, a Milha Urbana Baía do Seixal, os Jogos do Futuro da Região de Setúbal e os inúmeros campeonatos e *meetings* regionais e nacionais, que dinamizam os equipamentos e espaços públicos do concelho, promovendo a notoriedade e afirmação desportiva do município.

6.6.

Aprofundar a parceria e envolvimento com o movimento associativo desportivo, dinamizando o Conselho Desportivo Municipal, as Comissões Desportivas de Freguesia, as Comissões Técnicas de Modalidade, estabelecendo um quadro de apoios diversos, assente em critérios justos e equitativos, através das Normas Regulamentares e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo.

6.7.

Incrementar a qualidade do serviço prestado com os 12 equipamentos desportivos geridos

pela câmara municipal, certificando as Piscinas Municipais de Amora e Corroios com Sistemas de Gestão da Qualidade, continuando o investimento no seu funcionamento e renovação.

6.8.

Concluir a construção do Estádio Municipal de Futebol, requalificando o Estádio do Bravo, através da parceria estabelecida com o Sport Lisboa e Benfica, ampliando a oferta desportiva para os jovens e coletividades do concelho, com utilização preferencial pelo Seixal Futebol Clube. Iniciar a construção do Complexo Desportivo do Clube Associativo Santa Marta do Pinhal, lançar o processo de construção da Piscina Municipal de Aldeia de Paio Pires e construção de um equipamento desportivo coberto na Mundet direcionado para a prática do hóquei em patins.

6.9.

Prosseguir o apoio à qualificação das instalações desportivas dos clubes e associações do concelho, garantindo maior qualidade na resposta desportiva e social.

6.10.

Continuar a instalação de aparelhos para a prática de exercício ao ar livre, em toda a zona ribeirinha do Seixal, Arrentela e Amora, bem como em parques e jardins em toda a área do concelho.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- A construção dos pavilhões desportivos escolares em falta nas escolas, permitindo a sua utilização pelos clubes e coletividades do concelho, para além das atividades letivas.
- O estabelecimento de um quadro nacional de apoios direcionado para o movimento associativo popular, reconhecendo o papel essencial destes agentes na dinamização desportiva e associativa do País.
- A disponibilização de verbas dirigidas para a construção de novos equipamentos desportivos, quer municipais, quer de coletividades e associações, de modo a alargar a qualidade da oferta desportiva e social.
- A existência de um sistema de apoio aos atletas mais dotados, permitindo a sua progressão técnica e competitiva, contribuindo para um desporto de alto rendimento mais consolidado nos palcos internacionais, nomeadamente nos Jogos Olímpicos.



7. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Os sucessivos governos têm primado pela ausência de investimento público no nosso município, nomeadamente o Ministério da Saúde e Segurança Social, que persistem em não avançar com projetos essenciais para a população, como o hospital no concelho do Seixal, a rede de centros de saúde, lares de idosos, creches e apoios a projetos e instituições para prosseguirem o seu trabalho solidário, o que tem levado a Câmara Municipal do Seixal ao longo dos anos a intensificar e a fortalecer o trabalho de parceria com as instituições que trabalham nas áreas da saúde e solidariedade social, identificando os problemas, encontrando soluções e exigindo sempre que o Governo cumpra com as suas obrigações.



Continuaremos a afirmar a urgente necessidade da construção do hospital no concelho do Seixal, uma luta e uma aspiração das populações, do Poder Local Democrático, das comissões de utentes e das instituições, que têm mobilizado milhares de pessoas, de que é exemplo último a petição, com mais de oito mil subscritores, para além da elevada participação no Fórum Seixal que debateu esta temática. Desta forma, é necessário continuar a exigir a sua construção como investimento prioritário e combater a degradação dos serviços de saúde no Seixal e reivindicar junto do Poder Central o direito à saúde no concelho, bem como as necessárias respostas do Governo ao flagelo social que grassa no país.

> Linhas de Orientação para 2016

7.1.

Monitorizar e avaliar o Plano de Desenvolvimento de Saúde do Município do Seixal através da dinamização do Projeto Seixal Saudável e coordenar, dinamizar e gerir o funcionamento da

Rede Social do Município do Seixal e do Núcleo Executivo da Rede Social.

7.2.

Aprovar a Carta Social Municipal do Seixal e o IV Plano de Desenvolvimento Social.

7.3.

Desenvolver o Plano Municipal para a Igualdade de Género e de Oportunidades do Seixal (PMIG) e a parceria estratégica do CONCIPO – Conselho Consultivo para a Igualdade de Género e Oportunidades e dinamizar a Rede Municipal contra a Violência Doméstica e de Género.

7.4.

Assegurar as competências legais no âmbito da Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Risco.

7.5.

Implementar, gerir e monitorizar a DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária Margens Comuns e o PEDU – PAICD – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – Plano de Ação e Integração das Comunidades Desfavorecidas.

7.6.

Prosseguir com a intervenção social nas áreas socialmente críticas do município (Vale de Chicharos, Santa Marta de Corroios, Cucena, rio Judeu e núcleo habitacional do Fogueteiro).

7.7.

Desenvolver projetos e iniciativas na área da intervenção social e da cidadania, como é o caso do Programa de Comemorações do Mês do Idoso, do Dia Municipal do Idoso, do Dia Municipal da Comunidade Migrante, das Festividades na Tabanka, do Projeto Povos, Culturas e Pontes, do Teatro Sénior (Des)dramatizar e do Encontro Intercultural Saberes e Sabores.

7.8.

Elaborar o Plano Municipal de Habitação e desenvolver os programas habitacionais existentes, nomeadamente ao nível da recuperação/revitalização dos núcleos urbanos antigos e nos bairros de habitação social, em estreito contacto com as comunidades residentes.

7.9.

Coordenar e gerir o Espaço Cidadania e o Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, implementar e monitorizar o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes.

7.10.

Participar na Rede Intermunicipal para a Cooperação e Desenvolvimento e desenvolver e apoiar iniciativas que promovam a paz e a cooperação entre os povos, através da parceria com o Conselho Português para a Paz e Cooperação.

7.11.

Continuar a desenvolver os projetos de promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis, como são o Saúde sobre Rodas, a Prevenção do Tabagismo, a Segurança Rodoviária, a Alimentação Saudável na Comunidade Educativa, a *newsletter* Espalhem a Notícia, o Prevenir em Coleção, a Aventura na Cidade, a Casa das Emoções, a Preparação para o Nascimento/Parentalidade, a Promoção da Saúde Psicológica na Adolescência, entre outros.

7.12.

Celebrar contratos-programa de desenvolvimento social e de cidadania ou de promoção da saúde para apoiar o trabalho das instituições que atuam nas áreas dos idosos, da deficiência, da infância, da saúde, das religiões, dos imigrantes, entre outros.

7.13.

Continuar a realizar workshops temáticos para trabalhadores, em período em pós-laboral, que permitem o reforço de conhecimentos de cidadania, do bem-estar, da cultura, da saúde e do lazer e dar continuidade aos programas de Saúde Ocupacional na prevenção da doença e promoção da saúde dos trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- A construção do hospital no concelho do Seixal, em Amora, no quadro do protocolo assinado em 26 de agosto de 2009 e não cumprido pelos governos do PS e PSD/CDS.
- A construção do novo Centro de Saúde de Corroios, dos Foros de Amora e da Unidade de Saúde de Aldeia de Paio Pires.
- A colocação de mais médicos de família nos centros de saúde do município do Seixal.
- A reabertura dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) dos Centros de Saúde de Corroios e Seixal, e o alargamento do período de funcionamento do SAP de Amora.
- Apoios para a construção da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia do Seixal, em Arrentela, em terreno já cedido pela câmara municipal.

- O alargamento da Rede de Lares de Idosos no Concelho, com a construção urgente dos Lares de Corroios e Centro de Dia do Casal do Marco.

- Resposta do Governo para a resolução do problema do realojamento social, nomeadamente em Vale de Chícharos e Santa Marta do Pinhal, injustificável quando no país existe habitação devoluta suficiente para se encontrar uma resposta eficaz para esta situação, tendo a Câmara Municipal do Seixal apresentado uma proposta ao Governo.



8. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A gestão pública do abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos continuarão a ser elementos centrais da nossa ação em 2016, apostados na firme defesa da sua natureza pública, contra qualquer intenção de privatização.

A Carta Ambiental do Município do Seixal reforçará a visão ambiental estratégica do concelho, no respeito dos princípios da Agenda 21 Local e do Pacto de Autarcas, garantindo uma intervenção integrada em diversas áreas ambientais, como a gestão do ciclo da água, a floresta e áreas verdes urbanas, a qualidade do ar, o ruído, as energias renováveis e os transportes, incrementando a elevada qualidade ambiental do concelho. A exemplo do que sucedeu nos anos anteriores, iremos alargar a rede de hortas urbanas e continuaremos a qualificar as praias fluviais existentes.



Linhas de Orientação para 2016

8.1. Preservação e valorização da Estrutura Ecológica Municipal, no quadro do novo PDM 2015-2025 e implementação da Carta Ambiental do Concelho do Seixal, visando uma intervenção integrada nas diversas áreas ambientais.

8.2. Prosseguir a concretização da Rede de Parques e Jardins do Concelho do Seixal. Desenvolver o Projeto Jardins Comunitários, envolvendo a população na qualificação e preservação de zonas verdes de proximidade, continuando a promover o Plano de Arborização Urbana, prosseguindo a substituição e plantação de milhares de novas árvores em todo o concelho, e prosseguir a implementação do Projeto de Rede de Hortas Urbanas, com mais espaços em todas

as freguesias, nomeadamente com a construção da Horta nos Foros de Amora (Soutelo).

8.3. Prosseguir a implementação do Sistema de Recolha Semienterrado de Resíduos Urbanos no Município do Seixal, alargando a rede a Mira-tejo, após conclusão da intervenção na Quinta da Boa Hora, Arrentela e a qualificação dos contentores existentes na via pública, dotando todos os pontos de deposição de RSU convencionais de suporte de segurança, pedais e sistema de elevação e reformulação dos recortes, tendo em vista melhorar as condições de utilização.

8.4. Alargar o Plano Integrado de Limpeza Urbana do Município e promover ações de sensibilização da população para o problema da deposição de resíduos urbanos e dos dejetos caninos, lançando campanhas a exemplo do que foi realizado em Fernão Ferro em 2014 e em Corroios em 2015.

8.5. Prosseguir a renovação da frota municipal de máquinas e viaturas de forma a melhorar o serviço público prestado, com destaque para a aquisição de novas viaturas de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e de novas viaturas ligeiras de varredura mecânica.

8.6. Prosseguir o alargamento da rede de ecocentros às freguesias de Corroios, Amora e união das freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires.

8.7. Manter a participação na criação do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em Alta da Península de Setúbal, continuando o investimento no plano de remodelação das redes antigas de água em todo o concelho e garantir as medidas de redução de perdas de água, por forma a manter os elevados níveis de eficiência do sistema municipal de abastecimento de água, garante de uma água de elevada qualidade e uma das mais baratas da Área Metropolitana de Lisboa.

8.8. Reformulação do projeto e lançamento do concurso para a construção do Centro Distribuidor de Água de Fernão Ferro, remodelação do quadro elétrico do Centro Distribuidor de Água da Cruz de Pau, obras de beneficiação do Centro Distribuidor de Água de Belverde e equipamento de novos furos e alargamento da telegestão.

8.9.

Prosseguir o Plano Municipal de Saneamento, acompanhando os investimentos da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA no saneamento em alta, designadamente da construção da Estação Elevatória dos Foros da Catrapona, defendendo a sua gestão pública.

8.10.

Continuar a execução da rede de saneamento nos Morgados, em Fernão Ferro, e na Verdizela, em Corroios, bem como iniciando a obra de drenagem da Quinta do Damião, nos Foros de Amora.

8.11.

Desenvolver o Plano Municipal de Energia, em parceria com a AMESEIXAL – Agência para a Energia, realizar o Plano Municipal de Iluminação Pública, promover a Exposição de Energias Renováveis e implementar soluções de energias alternativas em equipamentos municipais e acompanhar junto da EDP a execução dos investimentos no concelho, que irão permitir uma melhor qualidade da iluminação pública.

8.12.

Acompanhar a evolução da candidatura já aprovada no âmbito do Projeto europeu BRODISE, visando encontrar uma solução inovadora e financeiramente sustentável para a descontaminação dos solos na área da Siderurgia Nacional.

8.13.

Acompanhar a evolução da candidatura submetida com sucesso ao Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos: Trilhos de Interpretação Ambiental do Município do Seixal | Aplicativo Móvel | Seixal APPé.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- A resolução do passivo ambiental e descontaminação dos solos e das lagoas da área da Siderurgia Nacional, no âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, descontaminação dos solos das lagoas de hidrocarbonetos em Vale de Mihaços, e da área da Sociedade Portuguesa de Explosivos de Lisboa (SPEL).
- A execução de uma intervenção de desassoreamento da Baía do Seixal, que permita garantir novos canais navegáveis e potenciar o projeto da Náutica de Recreio e da indústria de reparação naval.
- A reposição do funcionamento da estação de medição de qualidade do ar, bem como novas estações, que permitam acompanhar os níveis

de poluição no concelho, e as correspondentes medidas de mitigação.

- A resolução do problema dos maus odores no Aterro Sanitário do Seixal, junto da AMARSUL, e a manutenção da empresa sob gestão pública, rejeitando a privatização da EGF.
- A isenção de pagamento de IVA na iluminação pública.



9. ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE

Um sistema de mobilidade e transportes eficiente e eficaz contribui para a qualidade de vida das populações e dinamiza toda a economia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de uma região. O atual sistema público de transportes encontra-se muito deficitário e não responde às atuais necessidades das populações que se deslocam diariamente, quer seja para trabalhar, quer seja por lazer. Face à degradação sistemática e contínua do sistema público de transportes, é necessário responsabilizar os sucessivos governos por não investirem no setor e não desenvolverem uma política de transportes ao serviço das populações.



Agravando a situação, o Governo com a publicação da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, estabeleceu o novo regime dos serviços públicos de transporte de passageiros, que entrou em vigor no início de agosto e introduziu novas formas de financiamento do setor, principalmente através da criação de taxas pelos municípios e custeadas pelas populações, ao mesmo tempo que entrega nas mãos de privados toda a gestão dos transportes públicos.

O Município do Seixal contesta veementemente esta posição do Governo, opondo-se frontalmente à concessão a privados das empresas públicas de transportes, propondo que ao invés seja garantido a sua propriedade e gestão públicas.

Pugnamos pela concretização dos investimentos estruturantes de melhoria da mobilidade, pois consideramos o papel do setor público de transportes como estruturante e estratégico na vida económica e social do País, pois através do mesmo deve ser garantida a circulação global da produção (mercadorias e bens), a mobilidade dos trabalhadores e populações.

> Linhas de Orientação para 2016

9.1.

Conclusão do Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal realizado em conjunto com os municípios do Barreiro, Moita, Sesimbra e Palmela. Realização de fórum de discussão e apresentação das principais conclusões, de modo a fixarem-se prioridades de intervenção, melhorando a mobilidade municipal e intermunicipal.

9.2.

Implementação do Plano Municipal de Pavimentações, melhorando as condições das vias rodoviárias sob gestão municipal e a sinalização de trânsito, aumentando desta forma a segurança do municípios.

9.3.

Dar continuidade ao Programa Peões em Segurança, através da construção de novos passeios, rebaixamento de passeadeiras, ilhéus para peões e outros dispositivos que incrementem a segurança e conforto dos peões.

9.4.

Desenvolver novas áreas de estacionamento, procurando corresponder ao equilíbrio entre necessidades concretas de novos lugares e salvaguarda do espaço de utilização pelos peões.

9.5.

Implementar zonas de estacionamento condicionado nas áreas urbanas envolventes às estações do comboio, salvaguardando os lugares de estacionamento dos moradores, implementando em 2016 nas zonas residenciais envolventes à estação de Corroios.

9.6.

Finalizar a construção da ponte pedonal e ciclável, ligando as zonas ribeirinhas de Amora e Arrentela, junto à Ponte da Fraternidade, dando continuidade à requalificação das margens ribeirinhas da Baía do Seixal, com reduzido impacto ambiental e alto valor paisagístico.

9.7.

Iniciar o processo de construção da rotunda no Fogueteiro, permitindo uma melhor circulação numa via essencial à circulação no concelho e um dos principais acessos à A2.

9.8.

Incrementar as obras de proximidade, com intervenções de requalificação do espaço público em todos os locais do concelho, em parceria com as juntas de freguesia.

Diligenciar junto do Governo a concretização dos seguintes projetos / ações:

- A construção da Terceira Travessia do Tejo, rodoferroviária.
- A instalação do Novo Terminal de Contentores do Porto de Lisboa na margem sul do rio Tejo.
- A construção da Estrada Regional 10 (ER 10), entre Corroios e a Moita, concluindo a 1.ª fase, entre Corroios e a Quinta da Princesa, atualmente com um viaduto inacabado, bem como a ponte Seixal-Barreiro.
- A concretização do nó de acesso à Autoestrada A2 na zona entre Corroios e Cruz de Pau, com ligação à ER 10 e à A33, qualificando a mobilidade interconcelhia.
- A abolição de portagens na A33 no concelho do Seixal, permitindo uma utilização plena desta via, potenciando a mobilidade dos veículos individuais e de empresas.
- A execução da ER 377-2, entre a Fonte da Telha e Belverde, incluindo passeios e ciclovias, e ligação da Av. do Mar ao nó de Belverde da A33.
- A concretização da ER 377, entre Coina e o Marco do Grilo, e ligação ao Cabo Espichel em Sesimbra, prevista no Plano Rodoviário Nacional.
- A requalificação da Estrada Nacional 378 (EN 378), com a concretização de várias rotundas e separador central, aumentando a segurança e nível de serviço desta via, entre o Fogueteiro e o Marco do Grilo, resolvendo os problemas de inundações sucessivas que têm causado graves problemas de segurança.
- A requalificação da Estrada Nacional 10, com a execução das rotundas no entroncamento com a Av. da Siderurgia Nacional (junto ao IZIBUILD), no cruzamento com a Av. Central (junto EB Casal do Marco) e no entroncamento com a Av. dos Resistentes Antifascistas (no Fogueteiro).
- O alargamento da rede de transportes públicos, e da articulação entre modos, sequência da concretização do Plano de Deslocações Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa e Programa Operacional de Transportes, a ser realizado pela Autoridade Metropolitana de Transportes e Governo.
- O alargamento do Passe Social à Fertagus e Metro Sul do Tejo, reduzindo os custos da sua utilização para os utentes.
- A execução da 2.ª fase do Metro Sul do Tejo, até à estação da Fertagus do Fogueteiro e programação da 3.ª fase, até ao Seixal, com ligação ao Barreiro.
- A alteração do modelo de exploração dos parques de estacionamento automóvel da Fertagus, atualmente subutilizados, com preços integrados no custo do transporte.
- O desenvolvimento das 2.ªs fases das obras das estações da Fertagus de Corroios, Foros de Amora e Fogueteiro, conferindo maior mobilidade automóvel e pedonal.



CONCLUSÃO

